



# **PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2015-2016**

# Índice

---

INTRODUÇÃO	5
1. DO DIAGNÓSTICO SOCIAL AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	6
2. EIXOS DE INTERVENÇÃO	12
1. EIXO I – PARCERIAS/ARTICULAÇÃO	13
2. EIXO II – RESPOSTAS/PROJETOS	14
3. EIXO III – EQUIPAMENTOS	16
4. EIXO IV – FORMAÇÃO	17
5. EIXO V – FORA DO ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DAS INSTITUIÇÕES, REDE SOCIAL E CLAS DE LOURES	19
3. METODOLOGIA DE TRABALHO	20
4. AVALIAÇÃO	24
BIBLIOGRAFIA	29
ÍNDICE DE ESQUEMAS	2
Esquema N.1 – Problemas e Áreas Temáticas Priorizadas	8
Esquema N.2 – Pistas de Intervenção delineadas em cada Área Temática	9
ÍNDICE DE FIGURAS	2
Figura N.1 – Componentes do Plano de Desenvolvimento Social	12
Figura N.2 – Processo de construção e avaliação do Plano de Desenvolvimento Social	24
Figura N.3 – Relação entre Monitorização e Avaliação	25

ÍNDICE DE QUADROS	3
Quadro N.1 – Eixos de Intervenção, Problemas e Pistas de Intervenção Priorizadas	10
Quadro N.2 – Constituição dos Grupos de Trabalho em CLAS	21
Quadro N.3 – Entidades Parceiras que integraram o Grupo de Trabalho Alargado	22
Quadro N.4 – Calendarização das Reuniões dos Grupos de Trabalho por Dimensão	23
Quadro N.5 – Definição das categorias de Avaliação	27
Quadro N.6 – Matriz de Avaliação do Plano de Desenvolvimento Social	27
LISTA DE SIGLAS	3
ACES Loures e Odivelas – Agrupamentos dos Centros de Saúde	
AI – Atendimento Integrado	
ALPM – Associação Luis Pereira da Mota	
AMSAC – Associação de Moradores de Santo António dos Cavaleiros	
APS – Área de Promoção da Saúde	
ARSLVT – CRI – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo – Centro de Respostas Integradas	
AS – Área Social	
BLVL – Banco Local de Voluntariado de Loures	
CLAS – Conselho Local de Ação Social	
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	
CREACIL – Cooperativa de Reabilitação, Educação e Animação para a Comunidade Integrada do Concelho de Loures, CRL	
CRI – Centro de Respostas Integradas	
CSF – Comissão Social de Freguesia	
CSIF – Comissão Social Inter Freguesias	
DCSH – Departamento de Coesão Social e Habitação	
DE – Departamento de Educação	
DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor	

DISPS – Divisão de Inovação Social e Promoção da Saúde

DS – Diagnóstico Social

EMDETPE – Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Económico, Turismo e Promoção do Emprego

GAC – Gabinete de Apoio ao Consumidor

GNR – Guarda Nacional Republicana

GT – Grupo de Trabalho

HBA – Hospital Beatriz Ângelo

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS, I.P. – Instituto da Segurança Social, Instituto Público

MISP – Mediação Intercultural em Serviços Públicos

NE – Núcleo Executivo

PA – Plano de Ação

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PSP – Polícia de Segurança Pública

SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil

ST – Secretariado Técnico

UF – União de Freguesias

UIC – Unidade de Igualdade e Cidadania

## INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Social assume-se como um instrumento de planeamento estratégico, de definição conjunta e negociada das prioridades e estratégias de intervenção para o concelho.

Apresenta como suporte o delinear de estratégias de intervenção por forma a potenciar o desenvolvimento social do concelho, definindo as linhas orientadoras da ação, com base nas problemáticas identificadas no Diagnóstico Social concelhio.

O presente documento encerra em si o incentivo ao desenvolvimento do trabalho em articulação e parceria, permitindo um envolvimento conjunto e efetivo de todos os parceiros, na resolução dos principais problemas diagnosticados no nosso território.

Tem como finalidade orientar as respostas às necessidades individuais e coletivas da população e das próprias instituições envolvidas, através dos projetos já existentes no território, com vista ao seu alargamento, permitindo uma maior rentabilização dos recursos e, por conseguinte, uma maior abrangência na intervenção.

O presente documento está estruturado em quatro pontos: o primeiro ponto faz uma breve caracterização do trabalho desenvolvido desde o diagnóstico social ao plano de desenvolvimento social, com enfoque nos problemas e respetivas pistas de intervenção. O segundo ponto diz respeito aos cinco eixos de intervenção, respetivas finalidades, objetivos e ações inscritas. No ponto seguinte apresenta-se a metodologia de trabalho adotada, baseada num modelo participativo que envolveu todos os atores sociais no processo. Por último, está explanado o plano de avaliação, processo fundamental para aferir a concretização dos projetos e ações, que se desenvolve em dois momentos distintos, que se complementam, nomeadamente, a monitorização dos planos de ação anuais e a avaliação final.

## 1. DO DIAGNÓSTICO SOCIAL AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e o Diagnóstico Social (DS) são componentes do mesmo processo, complementam-se e retroalimentam-se: através da implementação das ações e dos projetos de intervenção no terreno são produzidos dados (em fase de monitorização e avaliação) que irão alimentar o Diagnóstico Social. Por outro lado, irão contribuir, igualmente, para a (re) definição dos próprios Eixos de Intervenção e Planos de Ação do PDS.

Assim, *planear*, deverá ser encarado como um exercício de rigor e precisão, mas também imbuído de um carácter flexível, pois, é impossível prever o conjunto de fatores que podem intervir durante o desenvolvimento do processo, sendo necessário deixar espaço suficiente para ajustes posteriores decorrentes: das alterações produzidas nos contextos de intervenção, de um melhor conhecimento da realidade e dos resultados produzidos em fase de monitorização e avaliação.

Procura-se, através deste PDS, apresentar um cenário desejável relativamente à realidade que se pretende alterar, mas realista, incluindo apenas os objetivos que se consideram concretizáveis neste período (2015-2016).

O Diagnóstico Social trabalhou 9 áreas temáticas:

1. Ação Social e Famílias;
2. Deficiência;
3. Educação, Crianças e Jovens;
4. Emprego;
5. Envelhecimento;
6. Imigração;
7. Habitação;
8. Saúde;
9. Sem-Abrigo.

Resultante da dinâmica desenvolvida pelos parceiros, foram estabelecidas prioridades<sup>1</sup> em relação aos problemas diagnosticados e às áreas temáticas a trabalhar em sede de PDS, tal como nos apresenta o esquema nº.1.

Assim, das 9 áreas temáticas abordadas em DS, foram priorizadas pelos parceiros 4 áreas, a saber:

1. Ação Social e Famílias;

---

<sup>1</sup> Em função da Dificuldade de Resolução e Gravidade.

2. Deficiência;
3. Saúde;
4. Sem-Abrigo.

Foram, igualmente, definidas pistas de intervenção orientadoras para as estratégias, esquema nº. 2, que tiveram por objetivo servir de base de trabalho para a definição dos principais *Eixos de Intervenção*. Foi, igualmente, além das pistas de intervenção, considerada a competência de cada parceiro; o aproveitamento dos recursos existentes no seio da parceria e o conhecimento produzido pela atualização do diagnóstico social.

O Plano de Desenvolvimento Social, encontra-se assim estruturado em cinco **Eixos de Intervenção**:

---

### **EIXO I – PARCERIAS / ARTICULAÇÃO**

*Este eixo tem como finalidade, a promoção da articulação interinstitucional, intensificando o trabalho de articulação e dando visibilidade às sinergias de funcionamento já existentes, bem como, reforçar as parcerias locais, numa lógica de gestão e rentabilização de recursos existentes.*

---

### **EIXO II – RESPOSTAS / PROJETOS**

*O presente eixo pretende apoiar grupos especialmente vulneráveis, através do desenvolvimento de projetos assentes numa resposta integrada, de proximidade e de respeito pela diversidade, promovendo a qualidade de vida, o desenvolvimento e a inclusão social.*

---

### **EIXO III – EQUIPAMENTOS**

*Este eixo tem como principal objetivo criar e adaptar a rede de equipamentos sociais, para a população com necessidades específicas de funcionalidade, garantindo a otimização dos recursos e do trabalho já desenvolvido em parceria.*

---

### **EIXO IV - FORMAÇÃO**

*Este eixo procura promover a capacitação e qualificação socioprofissional de técnicos, famílias, utentes de ação social e população em geral, realizando ações de formação e sensibilização que melhorem os níveis de educação, capacitação e formação profissional da comunidade.*

---

### **EIXO V - FORA DO ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DAS INSTITUIÇÕES, REDE SOCIAL E CLAS DE LOURES**

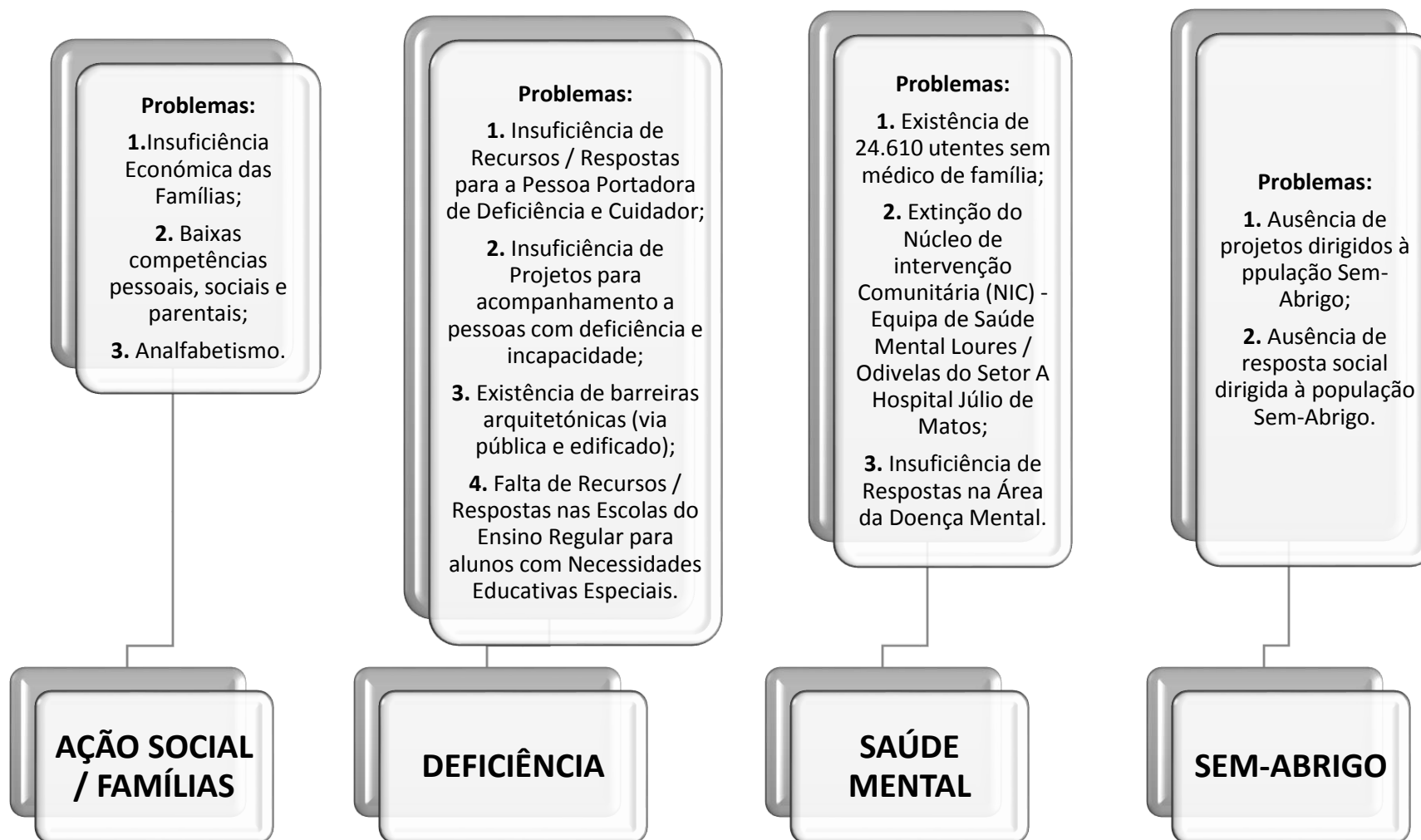
O envolvimento dos diversos organismos públicos no trabalho em rede, assume-se como a principal premissa neste eixo de intervenção.

---

Procurou-se, assim, identificar eixos estruturantes que permitam abordagens qualitativas e respostas aos problemas que possibilitem gerar mudança.

O esquema seguinte apresenta a priorização dos **Problemas Diagnosticados e Áreas Temáticas**:

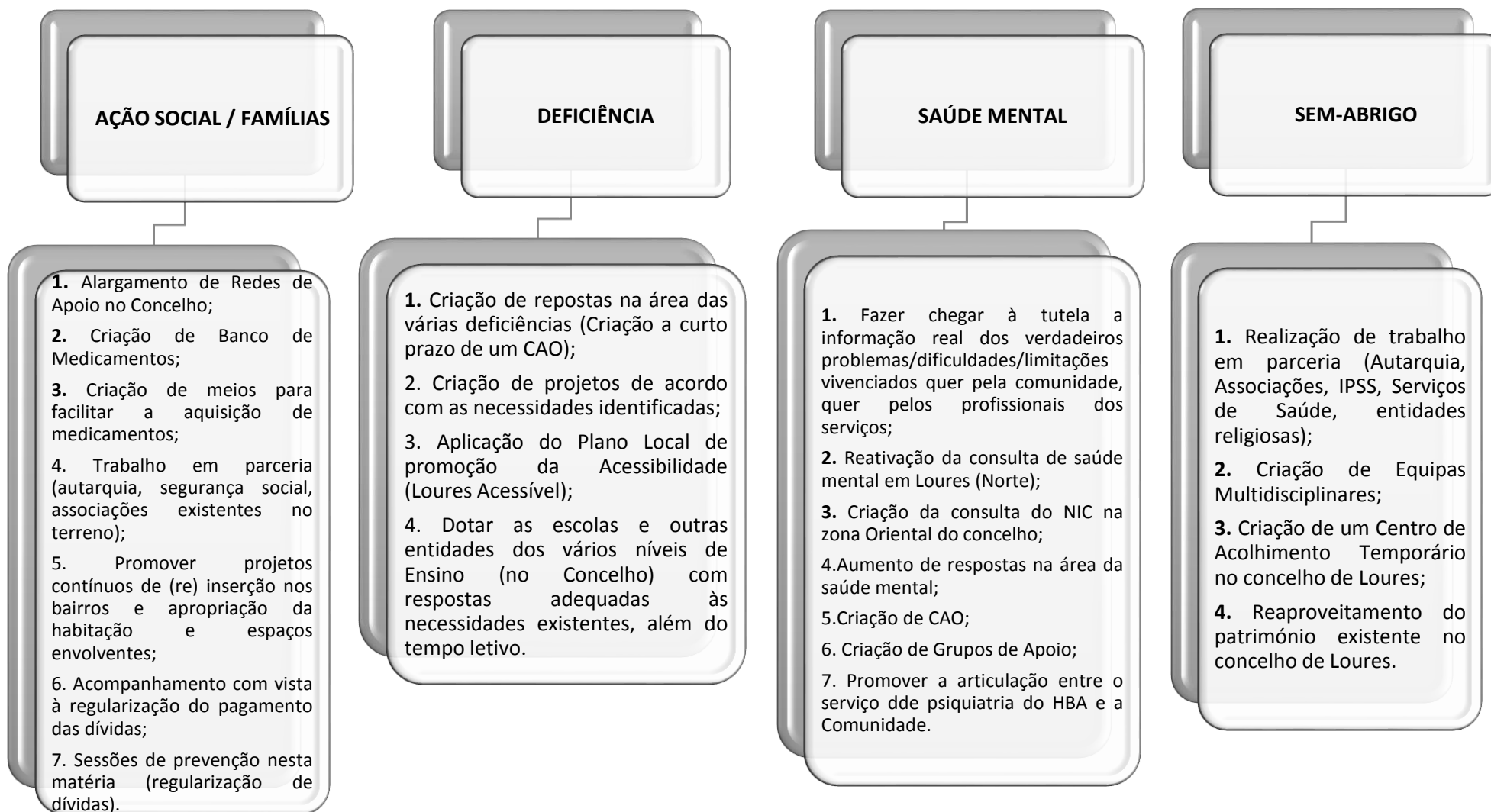
**Esquema N.1 – Problemas e Áreas Temáticas Priorizadas**





De seguida, apresentam-se as **Pistas de Intervenção** delineadas em cada uma das áreas temáticas priorizadas:

**Esquema N.2 – Pistas de Intervenção delineadas em cada Área Temática**



Com base nas pistas de intervenção foram definidos os seguintes **Eixos de Intervenção**:

**Quadro N.1 – Eixos de Intervenção, Problemas e Pistas de Intervenção Priorizadas**

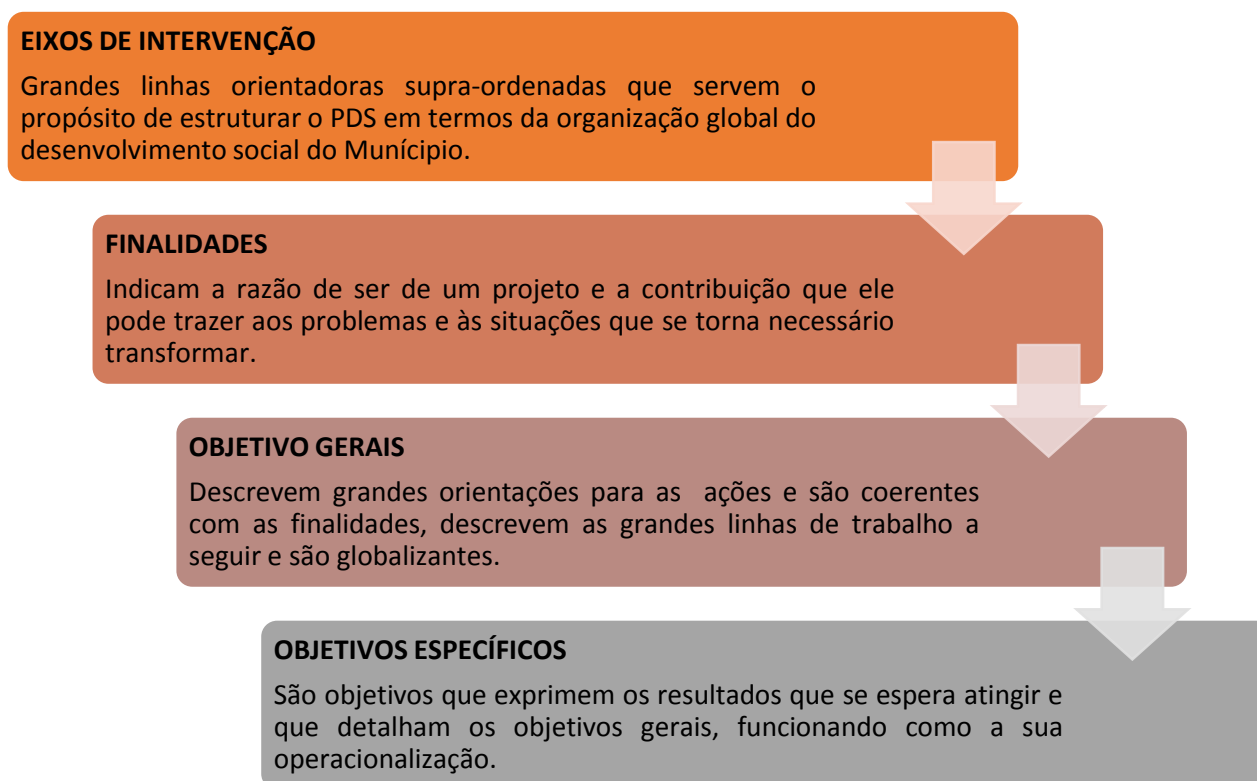
EIXOS DE INTERVENÇÃO	PROBLEMAS PRIORIZADOS	PISTAS DE INTERVENÇÃO PRIORIZADAS
<b>I. PARCERIA / ARTICULAÇÃO</b>	1. Insuficiência de Respostas na área da doença mental;	- Promover a articulação entre o Serviço de Psiquiatria do HBA e a Comunidade;
	2. Ausência de Projetos dirigidos à população Sem-Abrigo;	- Realização de trabalho em parceria (Autarquia, Associações, IPSS, Serviços de Saúde, Entidades Religiosas);
	3. Ausência de Resposta Social dirigida à população Sem-Abrigo;	- Protocolos com Centros de Acolhimento Temporário fora do concelho;
	4. Insuficiência Económica das Famílias.	- Alargamento de redes de Apoio no concelho; - Trabalho em parceria (Autarquia, Segurança Social, Associações, existentes no concelho).
<b>II. RESPOSTAS / PROJETOS</b>	1. Existência de barreiras arquitetónicas (via pública e edificado);	- Aplicação do Plano Local de Promoção da Acessibilidade (Projeto Loures Acessível)
	2. Falta de Recursos / Respostas nas Escolas do Ensino Regular para alunos com Necessidades Educativas Especiais;	- Dotar as escolas e outras entidades dos vários níveis de ensino (no concelho) com respostas adequadas às necessidades existentes além do tempo letivo;
		- Aumento de Respostas na área da Saúde Mental;
	3. Insuficiência de Respostas na Área da Doença Mental;	- Criação de Grupos de Apoio;
	4. Ausência de Projetos dirigidos à população Sem-Abrigo;	- Criação de Equipas de Rua Multidisciplinares
		- Criação de um Banco de Medicamentos;
	5. Insuficiência Económica das Famílias;	- Criação de meios para facilitar a aquisição de medicamentos;
6. Insuficiência de projetos para acompanhamento a pessoas com deficiência e incapacidade;	- Criação de projetos de acordo com as necessidades identificadas;	
7. Analfabetismo;	- Criação de mais GAF's.	

**Quadro N.1 – Eixos de Intervenção, Problemas e Pistas de Intervenção Priorizadas (CONT.)**

EIXOS DE INTERVENÇÃO	PROBLEMAS PRIORIZADOS	PISTAS DE INTERVENÇÃO PRIORIZADAS
<b>III. EQUIPAMENTOS</b>	1. Insuficiência de Recursos / Respostas para a Pessoa Portadora de Deficiência e Cuidador;	- Criação de Respostas na área das várias deficiências (Criação de CAO); - Criação de CAO;
	2. Ausência de Resposta Social dirigida à população Sem-Abrigo;	- Criação de um Centro de Acolhimento Temporário no concelho de Loures; - Reaproveitamento do património existente no concelho de Loures;
	3. Insuficiência de resposta na área da doença mental.	- Criação de um Centro de Acolhimento Temporário no concelho de Loures;
<b>IV. FORMAÇÃO</b>	1. Insuficiência Económica das Famílias;	- Acompanhamento com vista à regularização do pagamento das dívidas; - Sessões de prevenção nesta matéria (regularização de dívidas);
	2. Baixas competências pessoais, sociais e parentais;	- Dinamização de projetos de promoção de competências pessoais, sociais e parentais para capacitação e empoderamento das famílias;
	3. Analfabetismo.	- Abertura de Cursos de Alfabetização; - Criação de Cursos de Formação.
<b>V. FORA DO ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DAS INSTITUIÇÕES, REDE SOCIAL E CLAS DE LOURES</b>	1. Existência de 24.610 utentes sem médico de família;	- Fazer chegar à tutela a informação real dos verdadeiros problemas / dificuldades / limitações vivenciados quer pela Comunidade, quer pelos Profissionais dos Serviços;
	2. Extinção do Núcleo de Intervenção Comunitária (NIC) – equipa de Saúde Mental de Loures / Odivelas do Setor A do Hospital Júlio de Matos;	- Reativação da consulta de Saúde Mental em Loures (Norte); - Criação da Consulta do NIC na zona oriental do concelho.
	3. Falta de Recursos / Respostas nas Escolas do Ensino Regular para alunos com Necessidades Educativas Especiais;	- Dotar as escolas e outras entidades dos vários níveis de ensino (no concelho) com respostas adequadas às necessidades existentes, em articulação com o Ministério da Educação, além do tempo letivo;

Apresentamos de seguida a organização do presente documento, bem como o significado de cada uma das suas componentes: *Eixos Intervenção*, *Finalidades*, *Objetivos Gerais* e *Objetivos Específicos*.

**Figura N.1 – Componentes do Plano de Desenvolvimento Social<sup>2</sup>**



Com uma vigência de dois anos, o PDS de Loures irá organizar-se em cinco eixos de intervenção, a sua operacionalização é executada através de planos de ação anuais, que constituem planos operativos, cuja responsabilidade de execução fica a cargo das entidades que integram o CLAS.

## 2. EIXOS DE INTERVENÇÃO

<sup>2</sup> GUERRA, Isabel (2002), Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Ação – O Planeamento em Ciências Sociais, Cascais, Príncipia.

## EIXO I – PARCERIAS / ARTICULAÇÃO

Eixo de Intervenção	Nível geográfico de Intervenção	Objetivos Específicos	Ações	Destinatários	Parcerias e Responsabilidades		Indicadores de Verificação
	(concelho/freguesia)		a desenvolver		Parceiros Responsáveis	Parceiros Implicados	
<b>Finalidade 1. Intensificar o trabalho de articulação institucional</b>							
<b>Objetivo Geral 1.1. Reforçar as parcerias locais, numa lógica de gestão e rentabilização de recursos existentes</b>							
<b>PARCERIAS / ARTICULAÇÃO</b>	Freguesias de abrangência do HBA (UF Camarate, Unhos e Apelação, UF Santo António dos Cavaleiros e Fielas, UF Santo António e S. Julião do Tojal, Loures, Lousa, Fanhões e Bucelas)	1.1.1. Até final de 2016, promover a articulação entre o Serviço de Psiquiatria do HBA e a Comunidade	1.1.1.1. Criação de um Grupo de Trabalho	Municípios das freguesias de abrangência do HBA com necessidades ao nível da psiquiatria	ISS, I.P. ACES Loures e Odivelas HBA CML/DISPS/AS CML/DISPS/APS ASRLVT/CRI	IPSS do Concelho	Documento com as linhas orientadoras de atuação e procedimentos institucionais e Relatório de Avaliação Final
			1.1.1.2. Realização de reunião com a Diretora do Serviço de Psiquiatria HBA, elementos do GT e instituições locais				
			1.1.1.3. Identificação dos constrangimentos referentes à fraca articulação entre o Serviço de Psiquiatria do HBA e a Comunidade				
			1.1.1.4. Definição das linhas orientadoras para atuação no terreno e definição de tarefas a atribuir a cada um dos parceiros				
			1.1.1.5. Definição e operacionalização dos procedimentos a adotar em cada situação específica				
			1.1.1.6. Consolidação dos canais de comunicação				
			1.1.1.7. Participação mensal do HBA nas reuniões semanais de A.I. (última 2ª F Zona Oriental e última 6ª F Zona Norte) para partilha de informação (Serviço Social)				
			1.1.1.8. Realização de reuniões de articulação interinstitucional na área da saúde mental (mensais / última 3ª feira do mês), para análise de casos e/ou adequação de procedimentos (Equipa Multidisciplinar)				
			1.1.1.9. Realização de reuniões anuais para verificação e avaliação dos procedimentos				

## EIXO I – PARCERIAS / ARTICULAÇÃO (CONT.)

Eixo de Intervenção	Nível geográfico de Intervenção	Objetivos Específicos	Ações	Destinatários	Parcerias e Responsabilidades		Indicadores de Verificação
	(concelho/freguesia)		a desenvolver		Parceiros Responsáveis	Parceiros Implicados	
<b>Finalidade 1. Intensificar o trabalho de articulação institucional</b>							
<b>Objetivo Geral 1.1. Reforçar as parcerias locais, numa lógica de gestão e rentabilização de recursos existentes</b>							
<b>PARCERIAS / ARTICULAÇÃO</b>	Concelho	1.1.2. Até final de 2016, promover a articulação no âmbito dos projetos de promoção e educação para a saúde, na área da saúde mental, entre os diversos parceiros locais	1.1.2.1. Constituição de um Grupo de Trabalho 1.1.2.2. Identificação de um interlocutor privilegiado por entidade parceira 1.1.2.3. Concertação de estratégias de ação entre os parceiros no âmbito da prevenção da doença mental	Municípios de todas as freguesias do concelho	ISS, I.P. ACES Loures e Odiveelas HBA CML/DISPS/AS CML/DISPS/APS ASRLVT/CRJ	IPSS do Concelho	Documento com identificação da instituição e interlocutor e Relatório de Avaliação das Ações realizadas
		1.1.3. Até final de 2016, criar um Manual de Procedimentos e um Guia de Recursos nas áreas da ação social, deficiência, saúde-mental e sem-abrigo	1.1.3.1. Criação de um Grupo de Trabalho 1.1.3.2. Definição da informação a recolher 1.1.3.3. Forma de congregar a informação do Guia de Recursos (base de dados ou em papel) 1.1.3.4. Recolha/atualização da informação existente (recursos) 1.1.3.5. Elaboração dos documentos finais	Dirigentes/Técnicos das Instituições	ALPM Associação "O Saltarico" CML/DISPS/APS ISS, IP	CSF/CSIF IEFP ACES Loures e Odiveelas Centro Cristão da Cidade HBA	Manual de Procedimentos Guia de Recursos por área de intervenção e/ou Tipo de Resposta Social: "ação social", "Saúde- Mental", "Deficiência" e "Sem-Abrigo"

## EIXO II – RESPOSTAS / PROJETOS

Eixo de Intervenção	Nível geográfico de Intervenção	Objetivos Específicos	Ações	Destinatários	Parcerias e Responsabilidades		Indicadores de Verificação
	(concelho/freguesia)		a desenvolver		Parceiros Responsáveis	Parceiros Implicados	
<b>Finalidade 1. Apoiar Grupos Especialmente Vulneráveis</b>							
<b>Objetivo Geral 1.1. Rentabilizar os Recursos, Respostas e Projetos existentes na Comunidade</b>							
<b>PROJETOS / RESPOSTAS</b>	Concelho	1.1.1. Até final de 2016, reforçar o Projeto Banco de Medicamentos, dirigido a população em situação de vulnerabilidade	1.1.1.1. Alargamento da intervenção da Unidade Móvel a mais três freguesias do concelho;	População em Situação de Vulnerabilidade com necessidades de ajuda medicamentosa (imigrantes, idosos, utilizadores de drogas e sem-abrigo)	Médicos do Mundo  ISS, I.P.  ASRLVT/CRI  ACES Loures e Odivelas  HBA  CML/DISPS/APS  CML/DISPS/AS  CML/EMDETPE	CML/DISPS/AAIS  IPSS do Concelho  Agrupamentos de Escolas do Concelho  Centros de Saúde de Loures e Sacavém  Empresas do Concelho  Juntas de Freguesia	Documento com identificação das freguesias de localização da Unidade Móvel
			1.1.1.2. Definição das entidades parceiras a integrar a Rede de Parceria				Documento com identificação das instituições a contactar
			1.1.1.3. Criação de uma Rede de Parceria para promover a recolha de medicamentos no concelho;				Documento de formalização da parceria com identificação das instituições
			1.1.1.4. Elaboração de Acordo de Colaboração entre as várias entidades que contribuem para o desenvolvimento do projeto "Banco de Medicamentos" de forma a garantir a sua sustentabilidade				Documento "Acordo de Colaboração" assinado pelas várias entidades parceiras
			1.1.1.5. Elaboração de 4 Campanhas para recolha de medicamentos;				Documento com data, local e horário da realização das Campanhas (1ª Campanha a realizar dia 7 de abril – Dia Mundial da Saúde – Local a definir)
			1.1.1.6. Reuniões trimestrais com o Grupo de Trabalho para avaliação das ações desenvolvidas e adequação de procedimentos				Ficha de Avaliação das atividades/campanhas

## EIXO II – RESPOSTAS / PROJETOS (CONT.)

Eixo de Intervenção	Nível geográfico de Intervenção	Objetivos Específicos	Ações	Destinatários	Parcerias e Responsabilidades		Indicadores de Verificação
	(concelho/freguesia)		a desenvolver		Parceiros Responsáveis	Parceiros Implicados	
<b>Finalidade 1. Apoiar Grupos Especialmente Vulneráveis</b>							
<b>Objetivo Geral 1.1. Rentabilizar os Recursos, Respostas e Projetos existentes na Comunidade</b>							
PROJETOS / RESPOSTAS	Concelho	1.1.2. Até final de 2015, criar o Núcleo de Planeamento e Intervenção junto de pessoas em situação de sem-abrigo (NPISA)	<p>1.1.2.1. Constituição do Grupo de Trabalho</p> <p>1.1.2.2. Elaboração de um Protocolo de Parceria com as entidades que irão constituir o NPISA</p> <p>1.1.2.3. Criação de instrumentos e implementação de procedimentos de trabalho para intervenção na emergência e acompanhamento das situações sinalizadas</p> <p>1.1.2.4. Realização de reuniões para avaliação de situações acompanhadas pelas Equipas de Rua Multidisciplinares e respetiva definição de planos de intervenção e/ou acompanhamento.</p>	População em situação de sem-abrigo	<p>Centro Cristão da Cidade</p> <p>ALPM</p> <p>Conselheira Municipal para a Igualdade</p> <p>ISS, IP</p> <p>CML/UIC/BLVL</p> <p>CML/DISPS/AS</p>	<p>HBA</p> <p>CML/EMDETPE</p> <p>Empresas do Concelho</p> <p>ISS, IP</p> <p>ACES Loures e Odivelas</p> <p>CML/SMPC</p> <p>PSP</p> <p>Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho</p> <p>Juntas de Freguesia</p> <p>IEFP</p> <p>IPSS do Concelho</p>	<p>Documento com identificação das entidades que constituem o NPISA</p> <p>Documento "Protocolo de Parceria" com a designação dos elementos técnicos por parte das diferentes entidades parceiras e definição da coordenação do NPISA</p> <p>Documento com definição dos procedimentos a adotar para intervenção junto de pessoas em situação de sem-abrigo</p>
		1.1.3. Até final de 2016, intensificar a Rede de Parceria para Respostas de Emergência, dirigidas a população Sem-Abrigo	<p>1.1.3.1. Levantamento das respostas existentes no concelho e exteriores ao concelho</p> <p>1.1.3.2. Articulação com entidades parceiras do concelho e exteriores ao concelho, com projetos direcionados para este público-alvo, para integrar a rede de parceria</p> <p>1.1.3.3. Organização territorial das entidades parceiras envolvidas na intervenção</p> <p>1.1.3.4. Participação da Instituição Centro Cristão da Cidade (mensal) nas reuniões semanais de Atendimento Integrado.</p>				<p>Documento com informação das instituições existentes cuja resposta social seja dirigida a população em situação de sem-abrigo</p> <p>Número de entidades parceiras contactadas</p> <p>Documento com identificação dos elementos que constituem as Equipas de Rua Multidisciplinares</p> <p>Relatório do BLVL com Ficha de Identificação do Voluntário para entrevista</p> <p>Relatório social e psicológico de acompanhamento ao utente</p> <p>Documento com designação das entidades que integram a parceria, por localização geográfica e tipo de resposta</p>



## EIXO II – RESPOSTAS / PROJETOS (CONT.)

Eixo de Intervenção	Nível geográfico de Intervenção	Objetivos Específicos	Ações	Destinatários	Parcerias e Responsabilidades		Indicadores de Verificação
	(concelho/freguesia)		a desenvolver		Parceiros Responsáveis	Parceiros Implicados	
<b>Finalidade 1. Apoiar Grupos Especialmente Vulneráveis</b>							
<b>Objetivo Geral 1.1. Rentabilizar os Recursos, Respostas e Projetos existentes na Comunidade</b>							
PROJETOS / RESPOSTAS	Concelho	1.1.4. Até final de 2015, alargar as Equipas de Rua Multidisciplinares, para apoio a população em situação de Sem-Abrigo	1.1.4.1. Aumento do número de saídas por semana;	População em situação de sem-abrigo	Centro Cristão da Cidade  ALPM  Conselheira Local para a Igualdade  ISS, IP  CML/UIC/BLVL  CML/DISPS/AS	Instituições Locais  ACES Loures e Odiveelas	Relatório de Saída (semanal) com referência do dia e local de intervenção
			1.1.4.2. Intensificação e melhoramento dos circuitos de comunicação e procedimentos de intervenção				Documento identificativo dos procedimentos de intervenção e acompanhamento
			1.1.4.3. Aumento do número de elementos afetos às Equipas de Rua Multidisciplinares de forma a melhorar e intensificar a intervenção				Documento com identificação dos elementos que constituem as Equipas de Rua Multidisciplinares
			1.1.4.4. Reforço no apoio às Equipas de Rua na área do apoio psicossocial, cuidados de saúde, cuidados básicos de higiene e alimentação, para adequação da metodologia de intervenção com o indivíduo/utente				Relatório social e psicológico de acompanhamento ao utente
			1.1.4.5. Articulação com as diversas entidades na área da saúde, ação social e cuidados básicos de higiene				Relatório de encaminhamento com identificação do utente e instituição social (técnico de acompanhamento da sinalização)
		1.1.5. Até final de 2016, criar Respostas para acompanhamento socioeducativo, após o horário letivo, para crianças e jovens do 2º. Ciclo do Ensino Básico	1.1.5.1. Articulação com os Agrupamentos de Escolas	Crianças e Jovens a frequentar o 2º Ciclo do Ensino Básico, após o horário letivo	Associação "O Saltarico"  NUCLISOL Jean Piaget  Jardim de Infância Nossa Senhora dos Anjos  CML/DE	Agrupamentos de Escolas do Concelho	Nº. de Agrupamentos de Escola contactados
		1.1.5.2. Promoção junto da tutela responsável a necessidade de criação e/ou alargamento de respostas com acordo de cooperação	Documento com a identificação das necessidades				

## EIXO III – EQUIPAMENTOS

Eixo de Intervenção	Nível geográfico de Intervenção (concelho/freguesia)	Objetivos Específicos	Ações	Destinatários	Parcerias e Responsabilidades		Indicadores de Verificação
			a desenvolver		Parceiros Responsáveis	Parceiros Implicados	
<b>Finalidade 1. Aumentar e adequar as respostas à população com necessidades específicas de funcionalidade</b>							
<b>Objetivo Geral 1.1. Criar/Adaptar equipamentos que promovam o apoio à população portadora de Deficiência</b>							
EQUIPAMENTOS	Concelho	1.1.1. Até final de 2016, criação de CAO para 25 jovens	1.1.1.1. Projeto de estágio com faculdade de Serviço Social (ano letivo 2015/2016) para levantamento exaustivo do número de pessoas com deficiência/necessidade por freguesia	Cidadãos com deficiência a partir dos 16 anos	CREACIL NUCLISOL Jean Piaget ALPM CML/DISPS/APS	Faculdade (a definir) Juntas de Freguesia Paróquias Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho PSP/GNR	Nº. De questionários aplicados por freguesia
			1.1.1.2. Levantamento das pessoas com deficiência do concelho que frequentam respostas fora por inexistência de equipamentos			Nº. De instituições dos concelhos limítrofes contactadas pessoalmente	
			1.1.1.3. Desenvolver os procedimentos necessários para o licenciamento / funcionamento e articulação interinstitucional			Nº. De vagas em CAO	
			1.1.1.4. Formação dos colaboradores do CAO			Nº. De ações previstas e realizadas	
			1.1.1.5. Estabelecimento de parcerias no âmbito das atividades do CAO			Nº. De parcerias instituídas	
		1.1.2. Criação de Lar Residencial (no mínimo 30 utentes) e Residência Autónoma (no mínimo 5 utentes)	1.1.2.1. Levantamento do número de pessoas com deficiência / pais idosos e/ou doentes que necessitam desta resposta	Pessoas com deficiência que necessitem desta resposta		ISS, I.P.	Nº. De vagas em Lar Residencial
Nº. De Lar Residência criado							
Nº. De vagas em Residência Autónoma							
1.1.2.2. Elaboração de projeto o adaptação das instalações			Juntas de Freguesia Paróquias Atendimento Integrado IPSS do Concelho	Nº. De Residência Autónoma criadas			
				Documento de levantamento			
			ALPM	Existência de projeto de adaptação			

## EIXO IV – FORMAÇÃO

Eixo de Intervenção	Nível geográfico de Intervenção	Objetivos Específicos	Ações	Destinatários	Parcerias e Responsabilidades		Indicadores de Verificação
	(concelho/freguesia)		a desenvolver		Parceiros Responsáveis	Parceiros Implicados	
<b>Finalidade 1 - Promover a Capacitação e Qualificação Sócio-profissional</b>							
<b>Objetivo Geral: 1.1. Realizações de formação e sensibilização que melhorem os níveis de educação, capacitação e formação profissional da Comunidade</b>							
<b>FORMAÇÃO</b>	Concelho	1.1.1. Até final de 2015 , Promover 14 Ações de Formação para desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, no âmbito do Projeto "Qualidade + Social", destinadas aos Técnicos das IPSS	1.1.1.1. Realização da Ação de Formação "Relacionamento Intepessoal"	Técnicos / Colaboradores das IPSS da área da Infância e População Idosa:  - Geral - Educadoras e Auxiliares de Ação Educativa - Técnicos, Administrativos e Direção - Técnicos e Responsáveis de Serviços - Auxiliares de Ação Educativa - Direção, Técnicos e Responsáveis de Serviços - Pessoal de Cozinha - Administrativos e Técnicos - Ajudantes de Ação Direta	CMLoures ALPM	IPSS do Concelho CPCJ	Nº. de ações de formação realizadas
			1.1.1.2. Realização da Ação de Formação "Ética e Deontologia"				
			1.1.1.3. Realização da Ação de Formação "Crianças e Jovens com Necessidades Educativas Especiais"				
			1.1.1.4. Realização da Ação de Formação "Gestão de Recursos Humanos"				
			1.1.1.5. Realização da Ação de Formação "Motivação"				
			1.1.1.6. Realização da Ação de Formação "Técnicas de Animação – Infância"				
			1.1.1.7. Realização da Ação de Formação "Legislação Laboral"				
			1.1.1.8. Realização da Ação de Formação "Cozinha Higiene e Segurança Alimentar"				
			1.1.1.9. Realização da Ação de Formação "Segurança e Prevenção de Acidentes"				
			1.1.1.10. Realização da Ação de Formação "Técnicas de Comunicação Institucional (2 anuais)"				
			1.1.1.11. Realização da Ação de Formação "1º.Socorros Pediátricos (2 anuais)"				
			1.1.1.12. Realização da Ação de Formação "1º.Socorros "				

## EIXO IV – FORMAÇÃO (CONT.)

Eixo de Intervenção	Nível geográfico de Intervenção	Objetivos Específicos	Ações	Destinatários	Parcerias e Responsabilidades		Indicadores de Verificação
	(concelho/freguesia)		a desenvolver		Parceiros Responsáveis	Parceiros Implicados	
<b>Finalidade 1 - Promover a Capacitação e Qualificação Sócio-profissional</b>							
<b>Objetivo Geral: 1.1. Realizar ações de formação e sensibilização que melhorem os níveis de educação, capacitação e formação profissional da Comunidade</b>							
<b>FORMAÇÃO</b>	Concelho	1.1.2. Até final de 2016, promover Ações de Sensibilização/Informação específica para técnicos que prestam apoio a população sem-abrigo	1.1.2.1. Articulação com entidades que promovam ações de sensibilização/informação nesta problemática  1.1.2.2. Realização de ações de sensibilização/informação no âmbito desta problemática.	Voluntários Técnicos com intervenção nesta área	(a definir)	(a definir)	Nº. de ações de sensibilização / informação realizadas
		1.1.3. Até final de 2015, promover 3 ações de sensibilização / informação na área das Competências Parentais, destinadas às Famílias dos utentes das IPSS	1.1.3.1. Realização da Ação de Sensibilização na área: "Desenvolvimento da Criança"  1.1.3.2. Realização da Ação de Sensibilização na área: "Comunicação e Relacionamento Interpessoal"  1.1.3.3. Realização da Ação de Sensibilização na área: "Regras e Limites"	Famílias dos utentes das IPSS	CM Loures	IPSS do Concelho	Nº. de ações de sensibilização realizadas

## EIXO IV – FORMAÇÃO (CONT.)

Eixo de Intervenção	Nível geográfico de Intervenção	Objetivos Específicos	Ações	Destinatários	Parcerias e Responsabilidades		Indicadores de Verificação
	(concelho/freguesia)		a desenvolver		Parceiros Responsáveis	Parceiros Implicados	
<b>Finalidade 1 - Promover a Capacitação e Qualificação Sócio-profissional</b>							
<b>Objetivo Geral: 1.1. Realizar ações de formação e sensibilização que melhorem os níveis de educação, capacitação e formação profissional da Comunidade</b>							
FORMAÇÃO	Concelho	1.1.4. Até final de 2016, promover 17 Ações de Sensibilização na área do desenvolvimento de competências pessoais e literacia financeira, destinadas aos utentes de ação social e público em geral	1.1.4.1. Realização da Ação de Sensibilização sobre "Literacia Financeira"	Público em geral	CML/EMDETPE/GAC	Direção Geral do Consumidor DECO Gabinete de Orientação ao Endividamento dos Consumidores Banco de Portugal Associação Portuguesa de Bancos	Nº. de ações de sensibilização realizadas
			1.1.4.2. Realização da Ação de Sensibilização "Produtos Bancários: Que Vantagens"				
			1.1.4.3. Realização da Ação de Sensibilização "Crédito à Habitação: Novas Regras"				
1.1.4.4. Realização da Ação de Sensibilização "Como Geir o Orçamento Familiar"							
1.1.4.5. Realização da Ação de Sensibilização "Prevenção do Endividamento"							
1.1.4.6. Realização da Ação de Sensibilização "Educar para o Consumo"							
1.1.4.7. Realização da Ação de Sensibilização "Arendamento: Boas Práticas"							
1.1.4.8. Realização da Ação de Sensibilização "Consumo Responsável para um Futuro Sustentável"							
1.1.4.9. Criação de Grupo de Trabalho para a planificação / realização de ações de sensibilização na área das competências pessoais e sociais	Utentes de Ação Social		(a definir)				
		1.1.5. Até final de 2015, realizar 1 Seminário no âmbito da "Prevenção Bancária"	1.1.5.1. Realização do Seminário nas seguintes temáticas: "Prevenir a Fraude: Cuidados Gerais", "Proteger os dados Pessoais", "Cuidados a ter com os Produtos Bancários"	Público em geral	CML/EMDETPE/GAC	Banco de Portugal	Ficha de Avaliação do Seminário
		1.1.6. Até final de 2016, criar Cursos de Alfabetização	1.1.6.1 Constituição do Grupo de Trabalho	(a definir)	(a definir)	(a definir)	Documento com os elementos que compõem o Grupo de Trabalho

## EIXO V – FORA DO ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DAS INSTITUIÇÕES, REDE SOCIAL E CLAS DE LOURES

Eixo de Intervenção	Nível geográfico de Intervenção	Objetivos Específicos	Ações	Destinatários	Parcerias e Responsabilidades		Indicadores de Verificação
	(concelho/freguesia)		a desenvolver		Parceiros Responsáveis	Parceiros Implicados	
<b>Finalidade 1. Promover o Desenvolvimento Social do concelho</b>							
<b>Objetivo Geral 1.1. Envolver os diversos Organismos Públicos no trabalho em Rede</b>							
<b>FORA DO ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DAS INSTITUIÇÕES, REDE SOCIAL E CLAS DE LOURES</b>	Concelho	1.1.1. Até final de 2015, implementar a articulação com o Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social	1.1.1.2. Elaboração de uma <i>Carta de Recomendação</i> às tutelas respetivas, de forma a explicar os constrangimentos existentes no território concelhio, no âmbito destas 3 áreas de intervenção	Ministério Educação Ministério da Saúde	Parceiros de CLAS	Entidades que integram o CLAS de Loures	Carta de Recomendação
			1.1.1.3. Apresentação e aprovação em sede de CLAS da <i>Carta de Recomendação</i>	Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social			Relato síntese do Plenário de CLAS

### 3. METODOLOGIA

A metodologia proposta, para a elaboração do presente documento estratégico de planeamento, foi apresentada e aprovada em Plenário de CLAS<sup>3</sup> - *Metodologia Participativa*<sup>4</sup> – no qual foram constituídos os Grupos Temáticos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social concelhio, de acordo com as 4 áreas temáticas prioritizadas em sede de atualização do Diagnóstico Social 2014 e em conformidade com o âmbito de intervenção de cada uma das entidades parceiras.

Foi definido um horizonte temporal com a vigência de 2 anos (2015 e 2016), por forma a elaborar um documento realista, coerente, participado e concertado, com perspetivas reais e intervenções exequíveis, que permitam a promoção do desenvolvimento social local, tendo em conta as alterações sociais e económicas que se têm verificado no território de intervenção.

Após a constituição dos 2 grupos de trabalho por área temática<sup>5</sup> (GT1 – Deficiência, Saúde Mental e Sem-Abrigo e GT 2 – Ação Social/Famílias), no total de 15 entidades parceiras, foi realizada uma primeira reunião individual, com os parceiros inscritos em cada um dos grupos, para analisar as pistas de intervenção e delinear as dimensões a trabalhar. Considerando que, a cada uma destas áreas temáticas estavam associadas um conjunto de problemáticas e pistas de intervenção, foi efetuada uma análise e reflexão pormenorizada, assente numa visão multidimensional, de forma a agregar cada uma das pistas de intervenção, na respetiva dimensão, ou seja, a cada uma das dimensões foram associadas pistas inerentes às várias problemáticas.

Numa segunda fase, de forma a concertar o definido por cada um dos Grupos de Trabalho, foram realizadas reuniões de trabalho alargadas, com a presença de todas as entidades parceiras, para reflexão conjunta, na definição das dimensões, agregação das diferentes pistas de intervenção por dimensão, identificação dos recursos locais e entidades parceiras existentes no concelho.

Após a definição das dimensões a trabalhar em PDS e respetiva agregação das pistas de intervenção, a fase seguinte incidiu sobre a definição conjunta e concertada dos projetos e ações a desenvolver e os respetivos parceiros responsáveis, com o objetivo de atenuar e dissolver os problemas prioritizados em sede de atualização do Diagnóstico Social concelhio. Considerando que, o desenvolvimento das várias ações pressupõem o envolvimento e reforço de recursos, humanos e financeiros, que, na sua generalidade, advêm das entidades locais existentes no concelho, as mesmas foram convidadas a integrar o processo de elaboração deste Plano de

---

<sup>3</sup> Plenário de CLAS realizado em 16.10.2014.

<sup>4</sup> “O que está sobretudo presente na metodologia participativa de projeto é o desenvolvimento da capacidade dos grupos sociais para definirem os seus objetivos – e os meios e modos de os concretizarem – face a um futuro desejável.” (in Guerra, Isabel Carvalho, *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação*, 2002).

<sup>5</sup> Conforme Quadro N.2 – Constituição dos Grupos de Trabalho em CLAS.

Desenvolvimento Social, para integrar o Grupo de Trabalho Alargado<sup>6</sup> de acordo com a sua área de intervenção, no total de 10 entidades parceiras.

Neste seguimento, foram identificados pelo Grupo de Trabalho Alargado, os Parceiros Responsáveis e Implicados para a operacionalização das ações a inscrever em cada uma das Dimensões, a definição das linhas orientadoras de ação e os principais objetivos estratégicos (Gerais e Específicos). Após a definição dos objetivos a inscrever em cada uma das Dimensões, os parceiros responsáveis, procederam à elaboração das respetivas ações, calendarização das mesmas e indicadores de verificação, mediante a realização de várias reuniões para consolidar toda a informação. A elaboração deste documento resultou do conjunto das várias reuniões efetuadas (21) entre os elementos de Núcleo Executivo, Secretariado Técnico, serviços internos da autarquia e entidades parceiras do Conselho Local de Ação Social de Loures<sup>7</sup>.

A metodologia adotada permitiu, num espaço de partilha, reflexão e interação, entre todos os parceiros, obter uma análise pormenorizada das necessidades, confronto de perspetivas e prioridades de intervenção, bem como a identificação e promoção dos recursos existentes.

Desta forma, foi possível definir prioridades de ação e estratégias de intervenção, de forma participada e concertada, tendo em linha de conta a perceção, a experiência e a visão de cada um dos parceiros, sobre as reais necessidades do território de intervenção de cada um, processo que se revelou determinante e enriquecedor para a elaboração do presente *Plano de Desenvolvimento Social* e, subsequentes *Planos de Ação*.

**Quadro N.2 – Constituição dos Grupos de Trabalho em CLAS**

ÁREA TEMÁTICA	ENTIDADE PARCEIRA
<b>GRUPO TRABALHO 1</b> <b>DEFICIÊNCIA</b> <b>SAÚDE MENTAL</b> <b>SEM-ABRIGO</b>	CREACIL
	CML/DISPS/APS
	CML/Conselheira Municipal Igualdade
	U.F. Santo Antão e S. Julião do Tojal
	ISS, I.P.
	ACES Loures e Odivelas
<b>GRUPO TRABALHO 2</b> <b>AÇÃO SOCIAL / FAMÍLIAS</b>	CPCJ
	Associação N. Sra. Dos Anjos
	CREVIDE
	U.F. Camarate, Unhos e Apelação
	U.F. Santo Antão e S. Julião do Tojal

<sup>6</sup> Conforme Quadro N.3 – Entidades parceiras que integraram o Grupo de Trabalho Alargado.

<sup>7</sup> Conforme Quadro N.4 – Calendarização das reuniões dos Grupos de Trabalho por Dimensão.



<b>ÁREA TEMÁTICA</b>	<b>ENTIDADE PARCEIRA</b>
	U.F. Moscavide e Portela
	ISS, I.P.
	Associação “O SALTARICO”
	Nuclisol Jean Piaget

**Quadro N.3** – Entidades parceiras que integraram o Grupo de Trabalho Alargado

<b>ENTIDADES PARCEIRAS (INTEGRAÇÃO APÓS O PLENÁRIO DE CLAS)</b>
<b>Câmara Municipal de Loures</b>
<b>1) Departamento de Educação/DPEGRE</b>
<b>2) DCSH/DISPS/Área Social</b>
<b>3) DCSH/DISPS/Área de Apoio à Infância e aos Seniores</b>
<b>4) DCSH/Divisão de Habitação</b>
<b>5) DCSH/UIC/Banco Local de Voluntariado de Loures</b>
<b>6) DCSH/UIC/Projeto MISP</b>
<b>7) EMDTPE/Gabinete de Apoio ao Consumidor</b>
<b>Associação Luis Pereira da Mota</b>
<b>Associação Nossa Sra. Dos Anjos</b>
<b>AMSAC</b>
<b>ARSLVT – CRI Lisboa Oriental</b>
<b>Centro Cristão da Cidade</b>
<b>Hospital Beatriz Ângelo</b>
<b>Médicos do Mundo</b>
<b>PSP</b>
<b>UF Sta. Iria de Azóia, S. João da Talha e Bobadela</b>

**Quadro N.4 – Calendarização das reuniões dos Grupos de Trabalho por Dimensão**

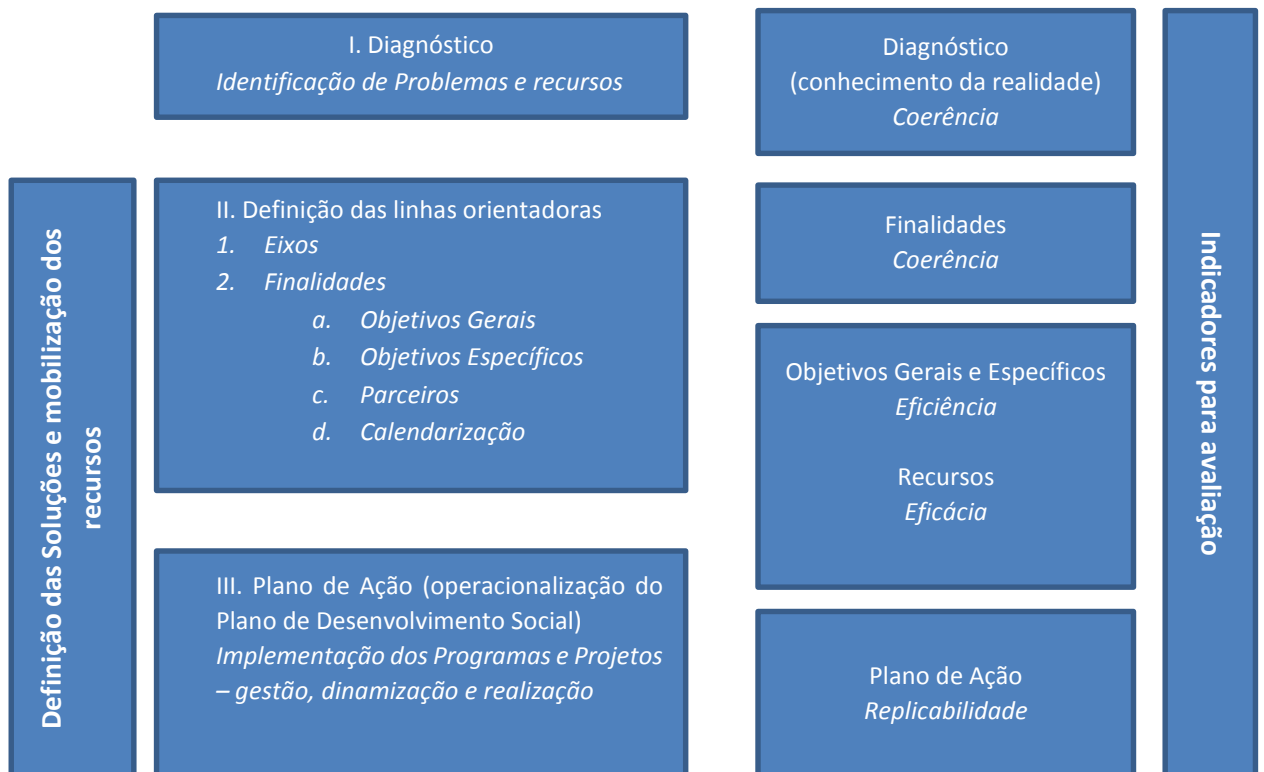
<b>DIMENSÃO</b>	<b>ENTIDADE PARCEIRA</b>	<b>DATA</b>
<b>Reunião Individual</b>	Grupo de Trabalho 1	18.novembro.2014
	Grupo de Trabalho 2	19.novembro.2014
<b>Reunião Alargada</b>	GT1 + GT2 + Entidades Parceiras que integraram o processo	04.dezembro.2014
		11.dezembro.2014
		08.janeiro.2015
		15.janeiro.2015
		03.fevereiro.2015
		18.fevereiro.2015
		09.março.2015
		17.março.2015
<b>Eixo 1 – Parcerias / Articulação</b>	Grupo de Trabalho Articulação Interinstitucional	21.janeiro.2015
		30.janeiro.2015
		24.fevereiro.2015
<b>Eixo 2 – Projetos / Respostas</b>	Grupo de Trabalho de Apoio à população Sem-Abrigo	05.fevereiro.2015
		24.fevereiro.2015
		04.março.2015
	GT Objetivo Específico “Reforçar o projeto Banco de Medicamentos”	25.fevereiro.2015
	GT Objetivo Específico “Criação de respostas para acompanhamento socioeducativo”	27.fevereiro.2015
<b>Eixo 3 – Equipamentos</b>	GT Objetivo Específico “Criação/adaptação de respostas sociais na área da deficiência”	25.fevereiro.2015
<b>Eixo 4 – Formação</b>	GT Eixo da Formação	02.março.2015
<b>Eixo 5 – Fora do âmbito de intervenção das Instituições, Rede Social e CLAS de Loures</b>	GT Eixo Fora do Âmbito de Intervenção	03.março.2015

#### 4. AVALIAÇÃO

A avaliação, normalmente pouco considerada enquanto etapa das metodologias de intervenção social, delineadas e aplicadas segundo um modelo tradicional, é tida atualmente como um dos momentos essenciais a considerar nas novas conceptualizações da investigação, em particular nas que privilegiam uma dinâmica de Investigação-Ação. Concebendo a intervenção social como um processo cíclico e prolongado no tempo, a avaliação nos projetos de intervenção social é importante numa função de balanço da ação desenvolvida, apoiando juízos acerca do mérito e valor das estratégias implementadas face aos resultados esperados e, também deverá ser igualmente considerada como o elo de ligação entre a ação já desencadeada e a perspetivação de ações futuras, num processo que se pretende que seja de aprendizagem contínua e, na procura de uma otimização quantitativa e qualitativa das intervenções. Procura-se assim, com o exercício de uma avaliação, aprender com a experiência, bem como integrar em ações futuras os conhecimentos adquiridos ao longo do processo já desenvolvido.

O presente Plano de Desenvolvimento Social, com vigência de 2 anos (2015-2016), é um documento que resulta do esforço de diversas entidades com intervenção social no concelho e cuja implementação deverá ser monitorizada e avaliada. Com esta avaliação pretende-se determinar a coerência, a eficiência e a eficácia do mesmo, garantindo que o instrumento resulte no desenvolvimento social efetivo do concelho de Loures.

**Figura N.2** – Processo de construção e avaliação do Plano de Desenvolvimento Social



Tem como objetivo a apresentação das orientações estratégicas a desenvolver no concelho, sendo operacionalizado pelos Planos de Ação com vigência anual. É através da monitorização

que se verifica se a implementação das ações está a decorrer de acordo com o planeado e, também se poderá obter informações para a construção de um novo plano de ação anual, intensificando determinados projetos e atividades, corrigindo outros, afetando recursos até aí desconhecidos e reafectando outros.

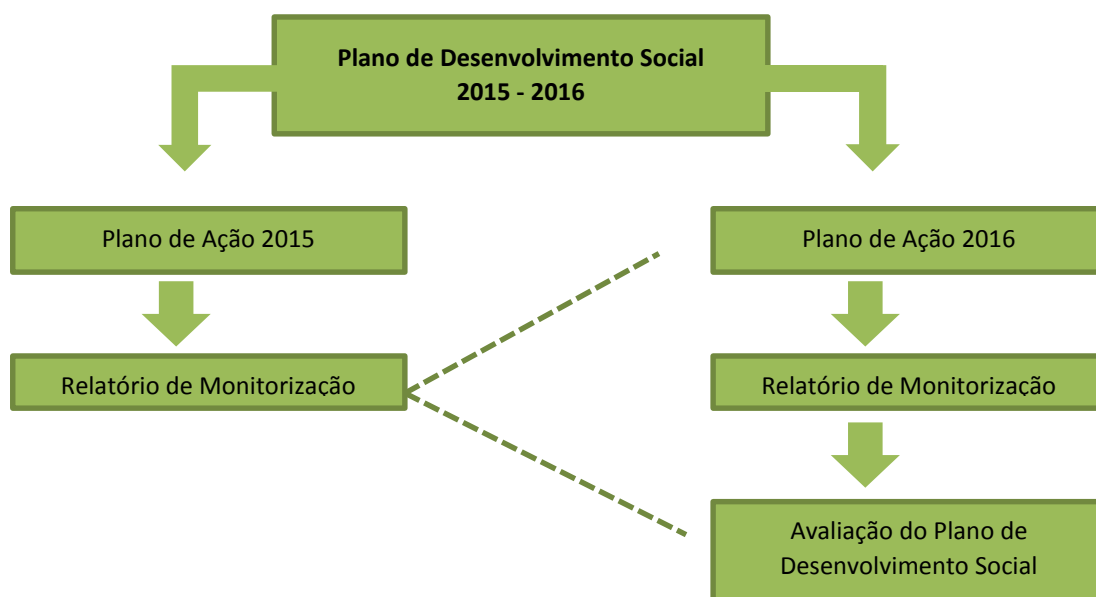
A avaliação comporta assim, as finalidades (coerência), os objetivos (eficácia), os recursos (humanos e materiais) (eficiência) e a própria execução das ações (replicabilidade).

Atendendo ao referido, o Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Loures assenta em dois momentos de avaliação, desenvolvidos seguidamente, a saber:

### 1º MOMENTO - MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A monitorização aplicada aos Planos de Ação resume-se ao controle da conformidade dos resultados com os objetivos, devendo todavia, serem desenvolvidos esforços no sentido de se criarem condições para que a avaliação seja o sinónimo de uma verdadeira construção de mudança, assente na participação e num processo de comum aprendizagem de todos os implicados. Avaliam-se sobretudo, os objetivos e ações, traçados em função de cada eixo estratégico do PDS, assente num processo de monitorização que permita acompanhar, controlar e gerir a ação, possibilitando a adoção de medidas de correção da mesma. A monitorização incide, por isso, “ (...) sobre o cumprimento das atividades planeadas em termos a) da própria realização das atividades; b) do calendário traçado, c) dos recursos humanos, materiais e financeiros programados; d) dos efeitos desejados (...) por meio da medição periódica e sistemática de uma bateria de indicadores selecionados.”<sup>8</sup>

**Figura N.3 – Relação entre Monitorização e Avaliação**



<sup>8</sup> Referencial de Monitorização e Avaliação do Plano de Ação do PDS, aprovado no plenário de CLAS de 28.10.2010

Utiliza como principais instrumentos de suporte aos processos de monitorização, o preenchimento das seguintes fichas:

1. Ficha de Identificação e Caracterização do Projeto / Ação;
2. Ficha de Caracterização da Equipa Responsável do Projeto/ Ação;
3. Ficha de Acompanhamento do Projeto / Ação;
4. Ficha Síntese de Avaliação do Projeto / Ação;
5. Ficha Síntese das Reuniões Desenvolvidas no âmbito do Projeto / Ação;
6. Ficha de Relatório Síntese da Reunião

## **2º MOMENTO - AVALIAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

A avaliação é transversal a todo o processo de planeamento pelo que é normalmente pensada a par do desenvolvimento de cada uma das suas fases. Tem de ser entendida, não como um ato de fiscalização, mas sim como um momento de reflexão útil e como um instrumento imprescindível para o planeamento das intervenções subsequentes.

É nesse sentido, que o Plano de Desenvolvimento Social 2015-2016<sup>9</sup> será avaliado de acordo com o Referencial de Avaliação do anterior plano.

Define-se nesse sentido uma **QUESTÃO GERAL DE AVALIAÇÃO** que, por sua vez, será respondida após a concretização deste processo, operacionalizando-se nas categorias de avaliação, abaixo identificadas, nomeadamente:

1. O Plano de Desenvolvimento Social está a ser implementado de forma adequada?

A avaliação terá como **OBJETIVOS**:

1. Medir os RESULTADOS DA AÇÃO de forma a corrigir ou melhorar a intervenção social;
2. Avaliar a INTERVENÇÃO SOCIAL no concelho;
3. Melhorar a QUALIDADE E A EFICÁCIA das Respostas Sociais.

O tipo de avaliação privilegiado deverá incidir numa **AVALIAÇÃO MISTA** em que se fará uma **AUTO – AVALIAÇÃO** *“pelo facto de esta salientar o papel da avaliação como aprendizagem e como um processo participativo e educativo que deve contar obrigatoriamente com o apoio das equipas que executam o plano e principalmente com os elementos do núcleo executivo (PDS, 2010)”,* evidenciando-se a coincidência entre a **EQUIPA EXECUTORA E AVALIADORA DE TODO O PROCESSO**, como também se considerará a inclusão de entidades internas (parceiros de CLAS) ou externas (fora do âmbito de CLAS) ao Grupo de Trabalho, para procederem a alguns momentos da avaliação.

Considerando a construção dos documentos operacionais da Rede Social, nomeadamente Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Planos de Ação, assentes num **MODELO PARTICIPATIVO**, é entendimento que a avaliação seja norteadada com os mesmos pressupostos,

---

<sup>9</sup> Proposta a ser validada no Plenário de CLAS de 26 de março de 2015

permitindo o **ENVOLVIMENTO DOS STAKEHOLDERS**, de forma a tomar consciência das potencialidades e constrangimentos inerentes à concretização de cada uma das ações, que concorrem para cada um dos objetivos.

Em projetos de âmbito local, os **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO** são determinantes para a verificação do sucesso de cada uma das intervenções, nomeadamente o contributo e participação dos parceiros, a adesão dos destinatários, o número e tipo de pessoas envolvidas, as formas de participação, bem como os meios de divulgação das atividades e o seu grau de execução.

É entendimento que o êxito do processo de avaliação do PDS 2015-2016 dependerá da **CAPACIDADE PARA DEFINIR INDICADORES QUE MEÇAM OS RESULTADOS** do instrumento de planeamento. Esses indicadores podem ser quantitativos e/ou qualitativos, neste caso, os **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ASSENTAM NAS SEGUINTE CATEGORIAS:**

**Quadro N.5 – Definição das categorias de Avaliação**

CATEGORIAS DE AVALIAÇÃO	DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE AVALIAÇÃO
<b>COERÊNCIA</b>	Adequação dos objetivos propostos aos problemas a resolver e identificados em sede de diagnóstico, neste caso específico, os objetivos gerais e específicos de cada um dos eixos estratégicos procurarão solucionar e atenuar os problemas diagnosticados.
<b>EFICÁCIA</b>	Comparar os resultados observados com os objetivos previamente definidos.
<b>EFICIÊNCIA</b>	Os resultados observados com os recursos mobilizados para o efeito.
<b>REPLICABILIDADE</b>	Face aos resultados obtidos e às necessidades identificadas perceber quais os projetos replicáveis no terreno (sucesso/insucesso)

As categorias de análise enunciadas operacionalizam-se através da seguinte matriz de avaliação:

**Quadro N.6 – Matriz de Avaliação do Plano de Desenvolvimento Social**

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2015/2016				
CATEGORIAS	QUESTÕES	INDICADORES	FONTE	INDICADORES DE RECOLHA

<b>COERÊNCIA</b>	As problemáticas e as necessidades identificadas no Diagnóstico Social são coerentes com o Plano de Desenvolvimento Social?	Comparar se os eixos de intervenção delineados no Plano de Desenvolvimento Social dão resposta às problemáticas elencadas no Diagnóstico Social	PDS; DS	Análise documental
	Considera-se que o Plano de Desenvolvimento Social, enquanto instrumento de planeamento, é explícito quanto às metas que se pretendem atingir?	Formulação das Finalidades, dos Objetivos Gerais e Específicos e dos Indicadores de Verificação	Planos de Ação	Monitorização dos Planos de Ação
<b>EFICÁCIA</b>	De acordo com os indicadores de verificação identificados em cada eixo de intervenção pretende-se saber se as ações do Plano de Desenvolvimento Social foram ou não concretizadas?	Indicadores de verificação	Planos de Ação	Monitorização dos Planos de Ação
<b>EFICIÊNCIA</b>	As ações inicialmente previstas por cada uma das entidades responsáveis foram realizadas com os recursos previstos?	% de ações concretizadas com os recursos inicialmente previstos	Planos de Ação	Monitorização dos Planos de Ação
	Perceber de que forma o Plano de Desenvolvimento Social, enquanto instrumento de planeamento, é facilitador do desenvolvimento das ações no terreno.	Respostas positivas superiores a 50%	Parceiros de CLAS	Questionários
<b>REPLICABILIDADE</b>	Dentro de cada eixo de intervenção, perceber quais as ações eficazes e eficientes passíveis de serem replicadas no terreno.	Ações que atingiram uma taxa de eficácia igual ou superior a 80%;	Planos de Ação	Monitorização dos Planos de Ação

		Número de parceiros e participantes envolvidos		
--	--	--	--	--

## BIBLIOGRAFIA

ISABEL GUERRA (2002), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação – O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia.